

Guia do Pesquisador



Metodologia e Comunicação Científica



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Expediente

Ministério Público do Estado da Bahia
Procuradora-Geral de Justiça
Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF
Coordenação Geral
Promotor de Justiça – Tiago de Almeida Quadros

Elaboração

Analista Técnica – Andrea Burgos de Azevedo Mangabeira

Colaboração

Assistente Técnica/Oficial Adm. – Synthya Torquato dos Reis

Revisão

Analista Técnica – Andrea Burgos de Azevedo Mangabeira
Assistente Técnica/Oficial Adm. – Synthya Torquato dos Reis

Central Integrada de Comunicação Social (CECOM)
Diagramação e Arte

Simony Pereira de Souza - Estagiária de Design Gráfico



Sumário



Introdução	4
O ambiente acadêmico-científico brasileiro	6
Mãos à obra: por onde começar a pesquisa	9
Preparando o pesquisador	9
Por onde começo?	12
Nortear a pesquisa	14
Pesquisa científica institucional	18
Políticas públicas e o uso de evidências	20
Conduzindo a pesquisa	22
Desenhando suas ideias	23
Tirando a pesquisa do papel.....	28
Preparando o terreno	31
Buscando respostas	34
Lançando o trabalho para o mundo	37
Os fins não justificam os meios: ética na pesquisa	39
A redação do trabalho	41
Preparação para publicação	42
Compartilhando o que foi aprendido.....	44
Conclusão.....	45
Referências Bibliográficas.....	47

Introdução

A pesquisa científica constitui-se como causa e consequência direta do processo de construção de conhecimento. Isto porque, ao mesmo tempo em que a pesquisa provê resultados que respondem a perguntas da humanidade e testam hipóteses advindas de sua experiência no mundo, ela também cria novas perguntas a serem respondidas, mostrando nuances e aspectos dessa experiência ainda desconhecidos.

A curiosidade, inerente ao ser humano, faz com que a busca pelo conhecimento seja a sua eterna busca. Nesta procura histórica, descobriu-se o conhecimento empírico, aquele que advém de nossas experiências cotidianas. Entretanto, esse tipo de conhecimento não nos permite entender como as coisas funcionam de maneira sistemática, relações de causa e efeito, soluções de problemas, reprodução de experiências positivas ou transformação de experiências negativas em positivas. Somente por meio de uma pesquisa organizada, seguindo princípios epistemológicos e metodológicos pré-estabelecidos é que se pode responder perguntas complexas sobre nossa existência, para além do que a vida cotidiana nos mostra.

A pesquisa científica deve responder questionamentos de ordem teórica e prática, obtendo produtos de natureza também distintas (das mais teóricas às mais práticas). Assim, uma pesquisa com resultados efetivos e, acima de tudo confiáveis, precisa nascer de um projeto bem estruturado, coerente, planejado em cada etapa para se chegar ao produto final desejado. Este projeto servirá de guia para o pesquisador na execução de sua pesquisa, a qual precisa ser totalmente documentada, em detalhes, para que os resultados finais sejam passíveis de checagem, replicabilidade e até de contestação. A confiabilidade dos resultados da pesquisa está diretamente ligada à sua transparência, assim como o seu alcance está diretamente ligado à sua divulgação.

Esses resultados é que se somarão a resultados anteriores em um mesmo campo de estudo, ou em campos interseccionais, construindo o que se sabe sobre determinado objeto de interesse. Esse conhecimento é fundamental para guiar ações mais assertivas dos indivíduos e da própria sociedade, que os levem aos

lugares aonde querem chegar e aos objetivos que desejam alcançar. Nesse sentido, o conhecimento se torna peça-chave para a vida privada e pública, inclusive para o planejamento de grandes instituições.

Pensando na importância do conhecimento bem fundamentado em pesquisas sólidas, como fator decisivo no planejamento de ações mais assertivas e efetivas, o Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e sua Unidade de Fomento à Pesquisa Científica e Inovação (UFPCI), inaugura neste ano sua primeira Linha de Pesquisa Institucional, abrindo espaço para a formação de Grupos de Estudo e Pesquisa na Instituição, alinhados aos assuntos de prioridade elevada em seu planejamento estratégico (Eixos Temáticos e Transversais).

Por fim, sabendo que, desde o planejamento de pesquisas nesses grupos até a obtenção de seus primeiros resultados, há um longo caminho a ser percorrido pelos pesquisadores, e pensando em tornar esse caminho mais claro e transitável, a UFPCI planejou este Guia, que visa a esclarecer alguns pontos cruciais para a elaboração e execução de pesquisas, em todas as suas etapas. Gostaríamos de ressaltar que o objetivo deste texto é provocar e apresentar pontos relevante da elaboração e condução de pesquisas, para um maior aprofundamento no assunto, apresentaremos ao final uma lista de sugestões bibliográficas sobre o tema.

O ambiente acadêmico-científico brasileiro

Quando um pesquisador inicia suas atividades investigativas, tenham ela um caráter mais ou menos acadêmico, ele precisa estar atento a algumas normas e regras que regem o ambiente acadêmico-científico brasileiro. A conformidade com essas regras tem influência direta sobre a maneira como a pesquisa é vista e recebida, durante sua execução (para fins de financiamento ou mesmo debate) e também depois de concluída. É esse alinhamento com a maneira como se faz pesquisa de qualidade no país que vai definir a confiabilidade dos resultados finais.

Para isso, é necessário conhecer um pouco do contexto mencionado acima: quais agências regulam e fomentam a pesquisa no Brasil? Por meio de que instrumentos? Qual o papel das IES (Instituições de Ensino Superior) neste processo? Que instrumentos são utilizados para avaliar a pesquisa? Nesta seção, vamos responder de forma breve a esses questionamentos, oferecendo um panorama geral do meio acadêmico-científico no Brasil.

Para começar, é importante falar sobre o papel das **Instituições de Ensino Superior – IES** na pesquisa brasileira. Ainda que outros tipos de instituições como fundações e ONGs exerçam atividades de pesquisa de grande porte e de alta qualidade, as IES, principalmente as Universidades, são consideradas o berço da pesquisa, porque a atividade de pesquisa está em sua própria definição como instituição.

Vejamos a diferença que se faz entre faculdades e universidades. Além da variedade de cursos oferecidos, a diferença crucial entre uma faculdade (por maior que seja) e uma universidade (por menor que seja) é o seu foco na produção de conhecimento. As faculdades têm seu foco nas atividades de ensino, ou seja, ainda que muitas delas exerçam atividades de pesquisa e extensão (em sua maioria, por almejar uma expansão para universidade no futuro), o centro de sua organização logística, orçamentária e pedagógica é o ensino. As universidades, por sua vez, precisam organizar suas atividades em torno do tripé: ensino, pesquisa e extensão, buscando uma produção de conhecimento intelectual mais integral¹. Como pode ser visto, as atividades de pesquisa são parte da natureza universitária, por isso a produção de conhecimento científico nessas instituições costuma não só ser mais robusta, como também costuma balizar a produção acadêmico-científica do país.

Entretanto, mesmo que a produção universitária seja o centro da pesquisa no Brasil e em muitos outros países, existem também **agências de fomento** que regulam e fomentam a pesquisa, criando diretrizes e normas pra a sua produção, sendo as principais, no Brasil, a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Porém, qual a diferença entre esses dois órgãos e qual o papel de cada um deles no cenário acadêmico-científico nacional?

Tanto a CAPES, quanto o CNPq são órgãos ligados ao Governo Federal, sendo a CAPES ligada ao Ministério da Educação e o CNPq ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Este último tem um papel mais restrito do que o da CAPES, ele se ocupa em fomentar e divulgar a pesquisa científica e tecnológica no Brasil, sendo o principal gestor de bolsas e grupos de pesquisa, além de gerir a plataforma Lattes, que hospeda os currículos acadêmicos de pesquisadores. Ter um currículo registrado na plataforma Lattes, bem como mantê-lo atualizado são ações cruciais para qualquer pesquisador, dos mais iniciantes aos mais avançados.

A CAPES, por sua vez, tem um papel mais amplo de expandir e consolidar os programas de pós-graduação *Strictu-Sensu* (mestrado e doutorado) no Brasil, além de ter certa atuação na Educação Básica. Ela também concede bolsas e avalia os programas de pós-graduação com notas que podem variar de 1 a 7, podendo inclusive fechar programas por desempenho baixo. Outro papel fundamental da CAPES é promover a Divulgação Científica, nesse sentido, um dos principais critérios da avaliação dos programas de pós-graduação é a produção docente e discente, principalmente de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, ainda que a participação em eventos acadêmicos também seja relevante.

A avaliação da produção docente e discente, no que concerne à publicação em **periódicos**, não é apenas quantitativa, mas principalmente qualitativa. A qualidade dos periódicos acadêmico-científicos é medida por um conceito chamado *Qualis*. O conceito *Qualis* da CAPES varia em um espectro dividido em três partes: periódicos C (0 pontos); periódicos B5 a B3 (10 a 40 pontos); e periódicos de impacto superior B2 a A1 (55 a 100 pontos). Quanto mais um periódico se aproxima do ponto A1, melhor é sua avaliação em relação à qualidade das pesquisas que publica.

Nesse sentido, a aceitação de artigos científicos em periódicos bem qualificados representa uma boa avaliação dos resultados da pesquisa em si. Por isso, a Divulgação Científica tem um papel crucial no desenvolvimento de pesquisas, visto que é através dela que a pesquisa, e seus resultados, se abre para o debate acadêmico, no qual o conhecimento é não só difundido, como também aprimorado.

Por fim, vale ressaltar que, ainda que a complexidade e relevância da pesquisa, bem como a confiabilidade dos métodos utilizados, sejam cruciais para a aceitação em periódicos respeitáveis no universo acadêmico, a conformidade com normas de formatação e bom uso da norma culta da língua portuguesa também o são, sem falar nos aspectos éticos e de autoria que perpassam uma pesquisa, desde o seu planejamento até a sua execução. Portanto, a formação de um pesquisador de excelência envolve um bom manejo de ferramentas de pesquisa, mas também habilidades comunicativas, principalmente as textuais, e conhecimento das normas éticas e de autoria que regem o mundo acadêmico-científico. Falaremos mais à frente sobre o papel da normatização (ABNT) e uso da Língua Portuguesa na execução de pesquisas, bem como sobre como as questões de ética e plágio e autoplágio precisam ser levadas em conta na execução e divulgação de uma pesquisa.

Mãos à obra: por onde começar a pesquisa.

Preparando o pesquisador

Três grandes eixos da pesquisa

QUIVY & CAMPENHOUDT (1995) APUD GERHARDT E SILVEIRA (2009)



O início do trabalho de pesquisa, muitas vezes, torna-se a fase mais desafiadora para o pesquisador, isto porque, no início do percurso, é difícil olhar para o todo e entendê-lo como uma sequência de partes, uma sequência de tarefas que resultarão em conhecimento científico.

O bom trabalho científico busca a verdade factual, não uma verdade parcial, baseada nas opiniões de uma sociedade ou de dogmas. A verdade científica é passível de questionamento, aliás não só ela pode ser questionada, como é o seu questionamento que permite o avanço do conhecimento acerca de determinado objeto de pesquisa, ao longo do tempo. A carreira de um pesquisador sério e comprometido com o conhecimento científico consiste em questionar os resultados de pesquisas anteriores, muitas vezes conduzidas por ele mesmo, em

busca de aprofundar e ampliar o que já se sabe sobre o tema de pesquisa em questão.

Quivy e Campenhoudt (1995) entendem que as etapas que um pesquisador percorre em busca de resolver seus questionamentos podem ser divididas em três grandes eixos:

A ruptura: este é o primeiro eixo a ser seguido na construção de uma pesquisa baseada em um terreno conceitual sólido o suficiente para sustentar seus resultados. Ao iniciar uma pesquisa, é muito comum que tenhamos ideias pré-concebidas sobre o nosso objeto de pesquisa, ideias baseadas em impressões que adquirimos ao longo da vida, em diálogos com outras pessoas ou através de nossas experiências. Um exemplo: “O homicídio doloso, por ser o crime de maior gravidade, uma vez que atenta contra o principal bem jurídico tutelado pelo Estado – a vida, é o que possui mais resolutividade no sistema de justiça baiano”. Entretanto, assumir essas impressões como verdade factual é adiantar os resultados à busca por eles mesmos, ou seja, assumir que, antes de iniciar a pesquisa, já sabemos como ela terminará. Para iniciar uma pesquisa de maneira rigorosa, é necessário que o pesquisador rompa com essas concepções e isso pode ser feito por meio das seguintes ações:

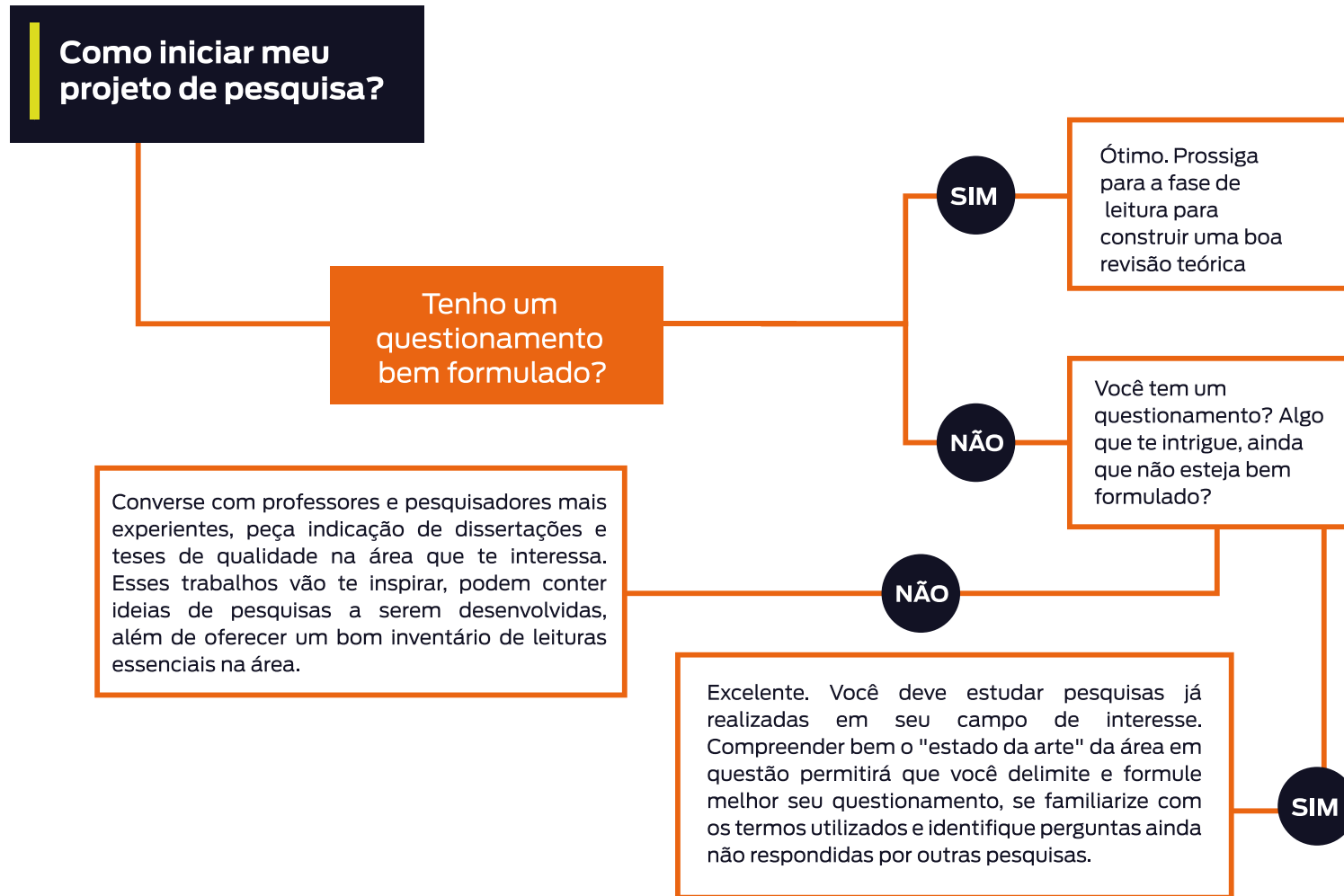
- **Leituras:** estudo da bibliografia acerca do tema, especialmente pesquisas. Dando continuidade ao nosso exemplo, teríamos: “leitura de relatórios e pesquisas atuais sobre a resolutividade/implicação da culpa em crimes de homicídio em outros estados e em países com a mesma orientação jurídica que a do Brasil”.
- **Coleta exploratória de dados:** olhar para dados concernentes ao tema, com vistas a conhecê-lo melhor e entender que tipo de questionamentos (em lugar de afirmações) eles despertam em você. Então, para investigar nossa ideia prévia teremos que considerar a possibilidade de “levantamento de dados brutos/relatórios automáticos (SIMP, IDEA, ESAJ, PGE) sobre inquéritos policiais de homicídio, e o seu desfecho”.
- **Formulação do questionamento inicial:** após romper com opiniões e impressões anteriores sobre o tema, e aproximar-se de conhecimento factual e empírico já construído sobre ele, o pesquisador está finalmente pronto para formular um questionamento de pesquisa. Em nosso exemplo,

temos o questionamento inicial: “Qual a capacidade do poder público baiano de oferecer resposta para esse tipo de crime?”.

A construção: após a ruptura com o conhecimento tácito sobre o tema e construção de uma base conceitual sólida, fundamentada em dados empíricos, o pesquisador pode elaborar um modelo de análise bem deliberado e consistente com os resultados que busca encontrar. Parte da importância de estudar bem o campo de pesquisa em que a pesquisa se insere está em compreender também os procedimentos metodológicos comuns e eficazes na área. Ou seja, o pesquisador estuda pesquisas bem sucedidas em sua área de atuação para aprender a fazer pesquisa. É nesta etapa que se delineia perguntas ou hipóteses de pesquisa que guiarão as outras escolhas do projeto: justificativa, abordagem, procedimentos metodológicos, campo de pesquisa (quando houver) e até mesmo cronograma de execução.

A constatação: a verdade científica produzida por uma pesquisa ganha status de conhecimento à medida que pode ser verificada, contestada e replicada, ou seja, à medida que é construída de maneira empírica, com base em dados e análises válidas e verificáveis. Portanto, é neste eixo que se insere a coleta de dados, sua sistematização e sua análise. Este é o momento em que a verdade dos fatos envolvidos no questionamento de pesquisa se revela ao pesquisador.

Por onde começo?



Uma boa pesquisa depende da formulação de um bom projeto de pesquisa. Ele será o guia do pesquisador ao longo da execução de sua tarefa.

Entretanto, conseguir iniciar um projeto de pesquisa é muito desafiador, uma vez que o sucesso nessa empreitada está atrelado à capacidade de formular um **questionamento** genuíno e objetivo. Genuíno, porque ele não pode partir apenas do que o pesquisador identifica como lacuna na área, ele precisa partir de algo que, de fato, intrigue e mova o pesquisador em busca de conhecimento. Entretanto, essa face pessoal do questionamento científico precisa ser contrabalanceada por um caráter objetivo, que paute o questionamento pelo interesse da ciência e não por interesses pessoais, uma vez que as respostas encontradas nem sempre são as que queremos ou esperamos encontrar.

A base para formular um bom questionamento científico é estudar. O pesquisador precisa fazer um **levantamento bibliográfico** extenso em sua área de pesquisa para garantir que não repetirá o que já foi dito, ao mesmo tempo que não tentará inovar excessivamente, ignorando a tradição de pesquisa na área. Mesmo que a intenção seja quebrar paradigmas, é preciso mostrar que conhece bem as teorias e asserções que estão sendo contestadas.

Esse levantamento bibliográfico é crucial para quem já tem um questionamento bem formulado, visto que poderá ser utilizado como referencial teórico de seu projeto e posteriormente de sua pesquisa; mas também é imprescindível para quem não tem ainda um questionamento claro, uma vez que é lendo pesquisas e trabalhos na área que o pesquisador organiza bem suas ideias, é provocado por outras pesquisas, bem como se familiariza até mesmo com jargões e linguagem específica de sua área de pesquisa.

Uma vez formulado o questionamento central da pesquisa, o próximo passo é fazer escolhas metodológicas.

Norteando a pesquisa

Tipos de Pesquisa

A classificação dos diversos tipos de pesquisa pode ser feita de maneira hierárquica, partindo de sua abordagem e chegando aos procedimentos adotados. Isto porque as combinações entre Abordagens, Natureza da pesquisa, objetivos e procedimentos adotados são inúmeras, inclusive uma mesma pesquisa pode adotar combinações de elementos em uma mesma categoria, por exemplo a pesquisa mista (quanti e quali).

Entretanto, o pesquisador deve estar atento à coerência, visto que alguns procedimentos podem não ser adequados ou produtivos em determinadas abordagens, naturezas e objetivos de pesquisa e análise.

A. Abordagem

- Qualitativa
- Quantitativa
- Quanti e Quali - Mista

B. Natureza

- Básica
- Aplicada

C. Objetivos

- Exploratória
- Descritiva
- Descritiva

D. Procedimentos

- Experimental
- Bibliográfica
- Documental
- Pesquisa de Campo
- Ex-post-facto
- Levantamento
- Survey
- Estudo de Caso
- Pesquisa Participante
- Pesquisa-ação
- Pesquisa etnográfica
- Pesquisa etnometodológica

Uma vez definido o questionamento central da pesquisa, é possível partir para a definição do aparato metodológico que permitirá que se encontre a(s) resposta(s) para esse questionamento.

É preciso ter em mente que não existem abordagens e métodos melhores ou piores, a escolha acontece por adequação aos resultados a que se pretende chegar. Existe uma hierarquia para essa escolha: **Abordagem -> Natureza -> Objetivos -> Procedimentos.**

O desconhecimento da maneira como uma metodologia de pesquisa se constrói pode levar a um erro muito comum: quando o pesquisador escolhe os procedimentos metodológicos antes de definir questões mais amplas da metodologia da pesquisa.

A primeira definição é sobre a **abordagem** que será feita na pesquisa, se ela será quantitativa, qualitativa ou mista. Nesta etapa, uma das questões mais importantes para que seja mantida a qualidade e confiabilidade da pesquisa é manter a coerência entre os dados obtidos e sua análise posteriormente. Ou seja, dados quantitativos – obtidos por procedimentos compatíveis com a abordagem quantitativa – precisam ser analisados sob um olhar e interpretação quantitativa, assim como dados qualitativos precisam ser coletados/gerados e analisados qualitativamente.

O que dizer da pesquisa mista? No caso da pesquisa mista, ela precisa ter coletas e análises separadas, ou seja, os dados quantitativos e qualitativos devem ser coletados (ou ao menos sistematizados) e analisados separadamente, posteriormente, são os resultados dessas análises que se unem para responder ao questionamento da pesquisa.

Escolhida a abordagem de pesquisa, é preciso definir sua **natureza**, ou seja, se a pesquisa é básica ou aplicada, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 34) a pesquisa:

- **básica:** “Objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais.”
- **aplicada:** “Objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.”

A pesquisa precisa ser situada ainda quanto aos seus **objetivos**, se ela é exploratória, descritiva ou explicativa.

No caso da **pesquisa exploratória**, em geral, o objetivo do pesquisador é ampliar sua visão ou conhecimento acerca de determinado problema, com vistas a construir hipóteses a seu respeito. É muito comum o uso de pesquisas exploratórias em TCCs e Dissertações de Mestrado, ou mesmo em etapas iniciais de outras pesquisas, resultando na construção de questionamentos e hipóteses mais complexos a serem explorados em pesquisas futuras. Os **procedimentos metodológicos** mais compatíveis e comuns em pesquisas exploratórias são, de acordo com Gil (2007), revisão bibliográfica e estudos de caso.

A **pesquisa descritiva**, por sua vez, busca descrever fatos de uma determinada realidade. Ela pressupõe que o pesquisador já possua um conhecimento prévio dessa realidade ao iniciar a pesquisa. Costuma ser criticada, uma vez que normalmente são feitas descrições exatas dos fatos observados, com pouca criticidade por parte do pesquisador em relação à sua acurácia, devido a isso seus resultados não podem ser verificados por meio de observações posteriores. Costumam se realizar por meio de **procedimentos** como análise documental, estudos de caso e pesquisas *ex-post-facto*.

Por fim, a **pesquisa explicativa** – mais comum atualmente - é aquela que busca

Aprofunde-se!

- Gerhardt e Silveira (2009, p33) apresentam uma boa sistematização do contraste entre pesquisas qualitativas e quantitativas.
- Para um entendimento mais detalhado dos procedimentos metodológicos citados neste texto, consultar Gerhardt e Silveira (2009) e Gil (2007).

explicar fenômenos em foco, determinando suas causas ou fatores relacionados/contribuintes para o seu acontecimento. Nestes casos, praticamente todos os procedimentos metodológicos podem ser utilizados – em dependência da natureza e abordagem da pesquisa -, inclusive podem ser utilizados mais ou menos procedimentos, a depender da complexidade do fenômeno que se deseja explicar. Aqui, vale ressaltar que, de acordo com Gil (2007), as pesquisas explicativas praticamente dependem de pesquisas exploratórias e descritivas anteriores, visto

que, para que um fenômeno possa ser explicado, ele precisa estar devidamente identificado (pesquisa exploratória) e descrito (pesquisa descritiva).

Lembre-se!

Manter essa coerência é fundamental para uma pesquisa bem-sucedida, visto que determinados procedimentos metodológicos são funcionais para explicar alguns fenômenos e não outros. Por exemplo, em geral, a pesquisa experimental busca encontrar relações de causa e efeito para os fenômenos estudados, por isso, elas são sempre quantitativas ou mistas, não podem acontecer somente por meio de pesquisa qualitativa.

Por outro lado, as pesquisas qualitativas buscam explicar os fenômenos a partir de outro paradigma, o das correlações, ou seja, fenômenos acontecem em correlação uns com os outros e não por causa um do outro, neste caso, procedimentos quantificáveis podem complementar a análise, mas é necessário um aparato que gere dados qualitativos, como observação (pesquisa de campo), entrevistas, etc.

Pesquisa científica institucional

Considerando que o objetivo deste Guia, e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MPBA através de sua Unidade de Fomento à Pesquisa Científica e Inovação é contribuir com a qualidade de pesquisas científicas aplicada a questões institucionais, fazemos um parêntese para introduzir uma pequena discussão sobre a) pesquisa científica institucional, e o produto almejado: b) políticas públicas baseadas em evidências.

Pesquisa institucional é um conceito que ainda carece de desenvolvimento teórico, quando se refere à natureza de um tipo específico de pesquisa. O pouco que se tem publicado a esse respeito se refere à produção de pesquisa no contexto da educação superior. A pesquisa institucional nasce como uma maneira de olhar para dentro das instituições de ensino, buscando compreendê-las melhor, para qualificar o seu processo decisório.

Entretanto, o que se produziu em termos de conhecimento sobre pesquisa institucional no contexto da educação superior tem muito valor para o que se pretende fazer em termos de pesquisa, em instituições como o MPBA, especialmente no que concerne à qualificação do processo decisório.

Segundo Peterson (1985), as instituições de educação superior sempre tiveram a pesquisa institucional associada a três funções clássicas por elas exercidas: educação, governo e informação. Na verdade, seu papel sempre foi o de servir como elo. Desde o início, estudos preocuparam-se em descrever questões ligadas a alunos, docentes, recursos, currículos e programas (educação), bem como servir de base ao processo decisório institucional (governo), apoiado por um sistema informacional bem estruturado (informação).

Assim como nas instituições de ensino superior, a pesquisa institucional no MPBA pode prover a instituição com informações e dados sobre o seu próprio funcionamento e atuação, qualificando a gestão interna, ação ministerial e tomada de decisões relevantes para o Ministério Público e para a sociedade como um todo.

Aprofunde-se!

Para um entendimento mais aprofundado do que é pesquisa institucional, sugerimos a leitura do artigo *Autonomia e A Pesquisa Em Educação Superior No Brasil: As Possibilidades da Pesquisa Institucional*. Recomenda-se a leitura do texto completo, ainda que as seções 3 e 4 sejam as mais relevantes para o tema em questão.

KIPNIS, B. Autonomia e A Pesquisa Em Educação Superior No Brasil: As Possibilidades da Pesquisa Institucional. In: XXI REUNIÃO DA ANPEd, 1998. ANAIS DA XXI REUNIÃO DA ANPEd. Caxambu, 1998. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/21/KIPNIS.htm>. Acesso em: 10 fev. 2021.

Políticas públicas e o uso de evidências

Estamos longe da pretensão de fazer um exame conceitual profundo do que se pode entender por políticas públicas baseadas em evidências (PPBEs), uma vez que teríamos que voltar ao próprio conceito da palavra evidência, e todas as suas implicações filosóficas. Desta forma, buscaremos apresentar brevemente alguns consensos existentes na literatura acerca do tema.

Políticas públicas baseadas em evidências é um conceito complexo, e com especificidades próprias para cada área de aplicação (saúde, política de segurança pública, educação, etc). Contudo, sem cometer o erro de unificá-las, é possível ao menos extrair sua essência, ou lógica de desempenho.

Como aponta Maurício Pinheiro (2020a), em uma visão tradicional a PPBE representa tão somente uma abordagem que auxilia na tomada de decisões bem informadas, ao passo que busca o uso contínuo das melhores evidências de pesquisas disponíveis como a ferramenta prioritária no desenvolvimento e implementação das políticas públicas. Por esta ótica, as evidências são entendidas como elemento imparcial de tomada de decisões. Já o modelo moderno envolve uma visão mais moderada, onde o uso de evidências é inseparável do reconhecimento dos processos sociais, para a partir disso se chegar a melhores processos decisórios de políticas públicas.

Então considera-se evidência científica o conhecimento produzido a partir da observância rigorosa de aspectos como:

- i)** identificação precisa de um problema de pesquisa, com variáveis dependentes e independentes bem delimitadas; **ii)** revisão da literatura acadêmica sobre o assunto; **iii)** coleta sistemática de dados e informações; **iv)** tratamento dos dados e informações com métodos quantitativos ou qualitativos rigorosos; **v)** discussão detalhada dos resultados; **vi)** publicação dos resultados em periódicos científicos; e **vii)** publicação em periódicos de universidades ou institutos de pesquisa. (PINHEIRO, 2020b, p.17)

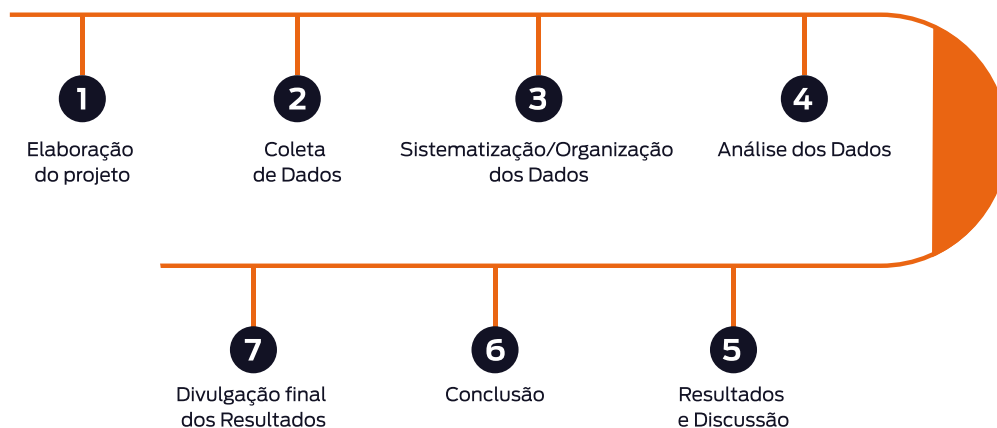
Certo é que nem toda evidência serve para subsidiar uma política institucional. Não raras vezes observamos evidências sendo usadas como critério que pouco tem a ver com a eficiência, eficácia e efetividade das políticas. Ao contrário disso, servem como instrumento de poder e para defesa de disposições ideológicas, o que parece culminar na manutenção da burocracia pública.

Nesta seara, o principal desafio é identificar o que é boa evidência. Para isso, requer entender os métodos utilizados e estar sempre informado com a literatura mais atual da disciplina ou área de política em questão, além de estar sempre atento ao aspecto social, econômico e político envolvido (LOTTA, 2019). Além de tudo isso, é preciso também considerar os limites e a falibilidade do próprio conhecimento.

Desta forma, o uso de evidências científicas é um trabalho complexo, mas reduz os ruídos da intuição, e colabora para amenizar a imprecisão característica do ciclo de construção de políticas públicas. Para isso, é essencial se valer de um rigoroso processo de análise de dados, sem deixar de lado a contextualização histórica das demandas.

Conduzindo a pesquisa

Desenvolvimento da Pesquisa



Como já dito anteriormente, uma boa pesquisa começa com a formulação de um bom projeto. No entanto, muitas vezes, o projeto de pesquisa não é levado tão a sério como deveria, mas encarado como um mero instrumento de avaliação em seleções de programas de pós-graduação e editais de bolsa de estudos.

A formulação de um bom projeto blinda o pesquisador contra situações de bloqueio de não saber o que fazer, ao longo da pesquisa. A cada passo dado, o projeto pode dizer como proceder e qual o próximo passo, evitando que o pesquisador se perca ou desperdice um tempo que pode ser valioso, especialmente na coleta e análise dos dados. Por isso, a construção da metodologia de coleta e análise dos dados é uma das partes mais relevantes do projeto de pesquisa, seguidas pelo cronograma, que vai ajudar o executor da pesquisa a organizar o tempo dedicado a cada etapa, uma vez que os prazos existem, e cada dia extra em uma das etapas é um dia que faltará em uma etapa posterior. Claro que imprevistos acontecem ao longo da pesquisa, mas as decisões de reformulação precisam ser tomadas com cuidado, tendo o todo da pesquisa como horizonte e não apenas a etapa em andamento.

Desenhando suas ideias

ATENÇÃO

A elaboração cuidadosa do projeto é essencial em uma boa pesquisa, visto que ele guiará o pesquisador em todas as etapas.



A primeira decisão a ser tomada na elaboração do projeto de pesquisa é a escolha do tema e formulação de um bom questionamento central.

Uma vez formulado esse questionamento central, ele pode ser convertido no objetivo geral da pesquisa, o que se pretende alcançar com sua execução. Normalmente, ele consiste em um parágrafo, no qual fica explicitado o ponto de chegada da pesquisa. Nesse sentido, sua estrutura linguística é encabeçada por um verbo que representa a ação central que se pretende com a pesquisa.

Ex: O objetivo geral deste guia é orientar líderes e integrantes do MPBA em seu trabalho de pesquisa institucional, acerca dos aspectos metodológicos envolvidos em suas atividades.

Este objetivo geral deve ser convertido em objetivos específicos, que consistem em ações menores que levarão o pesquisador a alcançar o objetivo geral que ele traçou. Grosso modo, o pesquisador, diante de seu objetivo geral, deve se perguntar “o que eu farei para atingir essa meta?”, as respostas para esta pergunta são os objetivos específicos da pesquisa. Estes objetivos específicos, assim como o geral, devem ser encabeçados por verbos que explicitem as ações que serão conduzidas na pesquisa.

Ex: Para alcançar este objetivo, alguns objetivos mais específicos foram delimitados:

- contextualizar os pesquisadores sobre o ambiente acadêmico brasileiro, especialmente sobre os principais órgãos de controle e fomento deste ambiente;
- refletir sobre os movimentos intelectuais envolvidos em iniciar uma pesquisa;
- sugerir maneiras de escolher um tema de pesquisa bem delimitado;
- discutir a importância de formular um bom projeto de pesquisa, bem como falar sobre sua estrutura;
- falar sobre os principais aspectos envolvidos na coleta, sistematização/tratamento e análise dos dados da pesquisa, e a importância de manter a coerência nas escolhas metodológicas envolvidas nessas etapas;
- pontuar algumas questões importantes sobre a publicação dos resultados da pesquisa: redação do texto final, importância da divulgação dos

resultados, ética na pesquisa e aspectos formais que envolvem os textos acadêmicos;

- sugerir leituras mais aprofundadas sobre o tema.

Os **objetivos da pesquisa** (geral e específicos) - assim como as perguntas de pesquisa, que são o passo seguinte a eles – devem ter algumas qualidades que ajudarão o pesquisador posteriormente em sua caminhada: eles precisam ser claros (precisos), exequíveis, genuínos e coerentes com os resultados a que se pretende chegar.

Uma vez definidos os objetivos, é importante **delimitar o tema** da pesquisa. O primeiro passo para isso é formular **boas hipóteses ou perguntas de pesquisa**. A testagem das hipóteses ou resposta das perguntas serão o resultado da sua pesquisa, portanto, é preciso muito cuidado, assertividade e objetividade nesta formulação. No caso das perguntas de pesquisa, uma boa dica é formular perguntas que permitam ao pesquisador responder “sim” ou “não”, uma vez que perguntas que pedem respostas abertas podem resultar em dificuldades na hora de respondê-las, ou seja, na hora de analisar os dados.

Em seguida, é importante formular as **justificativas da pesquisa**, refletir sobre os impactos da pesquisa para a sociedade como um todo (justificativa externa) e para o campo em que ela se insere, mais especificamente (justificativa interna). Esta parte da delimitação do tema flui mais facilmente, quando o pesquisador já estudou bastante sobre o seu tema – leituras exploratórias - e é movido por uma temática proveniente de sua experiência de vida. As leituras exploratórias permitem que o pesquisador conheça bem o estado da arte do tema sobre o qual pretende falar, sabendo bem que peça sua pesquisa representa nesse quebra-cabeças (justificativa interna). Por outro lado, ter seu interesse pelo tema despertado por sua experiência prática permite ao pesquisador identificar com facilidade o impacto de sua pesquisa para o mundo, além da academia (justificativa externa). Caso essa não seja a situação, o pesquisador pode obter sua justificativa externa, respondendo à seguinte pergunta: que problema prático, no mundo real, minha pesquisa resolve ou ajuda a resolver?

Além disso, as leituras exploratórias são úteis para a construção do **referencial teórico** da pesquisa. Nessa etapa, a última que delimita o tema, é muito comum que o pesquisador se perca em uma infinidade de leituras que, ainda que façam

parte do mesmo campo de pesquisa em que a pesquisa se insere, não necessariamente contribuem para o entendimento da pesquisa em andamento. Em geral, o referencial deve ser visto como as âncoras da pesquisa, a rede conceitual que a amarra ao campo de pesquisa, que cerca o lugar que ela ocupa neste campo. Ademais, o referencial teórico do projeto esclarece o lugar teórico de onde o autor fala, o que ele entende acerca dos conceitos dos quais lança mão, uma vez que é comum que haja divergência de posicionamentos sobre determinados conceitos teóricos em uma mesma área. É importante, no entanto, que esse referencial teórico seja do tamanho e profundidade que a pesquisa requer, nem maior, nem menor, nem mais simples, nem mais complexo. A escolha dos textos deve partir da questão inicial, a partir daí deve-se delimitar um número reduzido de textos, partindo dos mais sintéticos e de visão geral e partindo então para referências e aprofundamentos que eles sugerem, até chegar a análises e interpretações de outros pesquisadores sobre o mesmo tema.

É importante que, entre esses textos, estejam contemplados também abordagens e enfoques diferentes e até mesmo conflitantes com a visão do pesquisador, sobre o tema da pesquisa. Discutir essas divergências demonstra que o autor conhece outras faces do problema, e escolhe o ponto de vista de onde fala por escolha e não por ignorância.

A partir daí, será construído o **aparato metodológico da pesquisa**, serão feitas as escolhas concernentes ao tipo de pesquisa a ser realizada – como discutido neste Guia anteriormente –, a metodologia de coleta de dados e a metodologia de análise desses dados – que serão discutidos a seguir. Este último item é muito relevante, porque é comum que a seção de metodologia do projeto contemple apenas as escolhas metodológicas da coleta de dados, sem explicitar o tratamento que eles receberão, e o modelo de análise que guiará o seu tratamento.

ATENÇÃO!

Atualmente, alguns campos de pesquisa substituíram o termo coleta por geração de dados. Isso parte do entendimento de que o objeto de pesquisa se constitui a partir do ponto de vista do pesquisador, sendo assim os dados da pesquisa se constituem também a partir das escolhas metodológicas e teóricas que o pesquisador faz, ou seja, outro pesquisador, num mesmo contexto, mas com outras escolhas, encontraria outros dados, de outra natureza. Nesse sentido, o pesquisador não apenas coletaria dados que estão prontos, mas a sua atividade de pesquisa é que produz, gera, esses dados. Esse termo é utilizado com frequência nas Ciências Humanas, especialmente em pesquisas de caráter qualitativo/interpretativo.

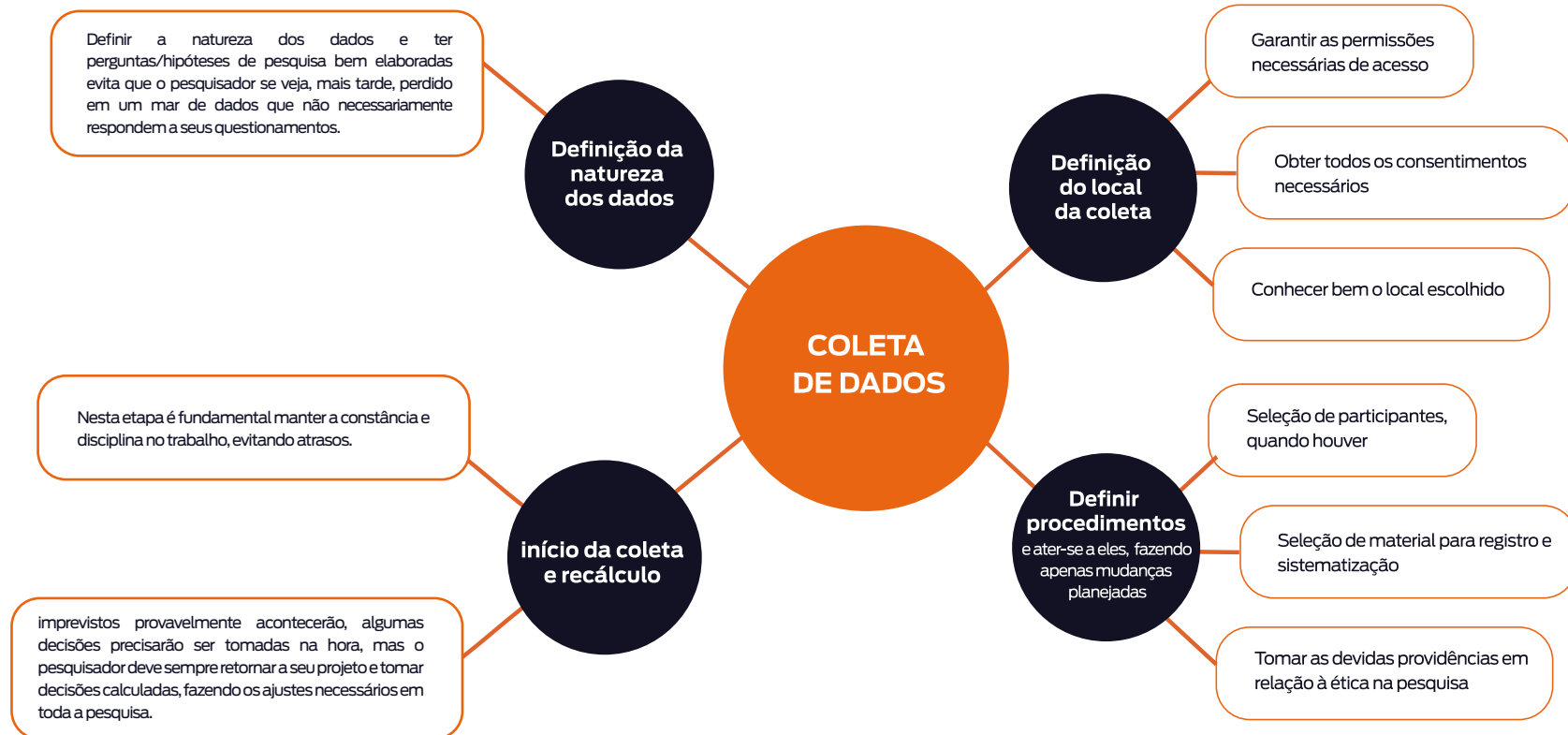
O último passo do projeto é elaborar previsões para a pesquisa: construir um bom **cronograma** das etapas a serem desenvolvidas, bem como materiais que precisam estar disponíveis. É importante que essas previsões seja realistas e exequíveis, tendo em vista os prazos em questão. Além disso, é importante que o pesquisador saiba que tipos de recursos precisa providenciar para sua pesquisa, orçando custos para estes materiais e buscando maneiras de obtê-los.

Por fim, é importante que, desde o projeto de pesquisa, o pesquisador organize bem suas **referências bibliográficas**. Muitas vezes, esta pode ser uma tarefa complicada se deixada para o final, ainda que ter referências bem formatadas seja crucial para a apresentação do texto. Uma lista de referências bem organizada permite ao autor da pesquisa praticar bem as normas de formatação, bem como manter um banco de referência a ser utilizado nesta e em outras pesquisas.

Tirando a pesquisa do papel

ATENÇÃO

Nesta fase da pesquisa, é crucial estar atento aos aspectos éticos relacionados à pesquisa de campo (quando houver).



A coleta de dados é uma das etapas mais importantes da pesquisa, uma vez que, caso dados de baixa qualidade (em relação ao modelo de análise da pesquisa) sejam coletados, isso pode comprometer todo o andamento do trabalho.

Durante esta etapa, o pesquisador precisa ter em mente: que dados vai coletar; onde vai coletar; e como.

A primeira pergunta **“o que coletar?”** está relacionada à natureza dos dados, que será determinada pelas hipóteses ou perguntas de pesquisa do projeto. É interessante que já na etapa de formulação do projeto o pesquisador indique que dados serão analisados para testar as hipóteses ou responder as perguntas. Esse exercício - de prever que dados servem a que hipóteses/perguntas - faz com quem o pesquisador já vá para a coleta sabendo muito especificamente o que está buscando. Isso é muito importante, tendo em vista que um dos erros comuns na coleta de dados é coletar um número grande de dados que não necessariamente colaboram com o andamento da pesquisa. Além disso, é preciso ter objetividade: ainda que tudo no local de coleta pareça relevante e interessante para suas indagações, é preciso manter o foco e fazer um recorte enxuto do que de fato deve-se coletar.

A segunda pergunta **“onde coletar?”** define, por sua vez, o lócus da coleta de dados. Este passo vem depois do primeiro, uma vez que é necessário saber o que se busca para determinar onde encontrar. Neste caso, também é importante que o pesquisador, desde a formulação do projeto, tenha feito previsões sobre onde podem ser encontrados os dados que busca e como ele pode ter acesso a esses dados. O acesso aos dados é uma questão muito delicada, porque este acesso vai além das permissões burocráticas, ele envolve uma verdadeira disposição de quem controla o local da coleta em receber o pesquisador, especialmente se os dados da pesquisa envolverem pessoas. Por isso, é importante que seja feito um trabalho de aproximação ao local de coleta. Esta aproximação pode ser feita, por exemplo, no momento de coleta exploratória de dados, para definição do questionamento da pesquisa - já mencionado anteriormente.

Se o pesquisador conhece bem o local onde os dados serão coletados, ele tem muito mais chances de eleger com mais segurança procedimentos de coleta adequados, além de ter a chance de negociar sua presença e garantir que ela seja aceita, antes mesmo de a coleta começar de fato. Na pesquisa com pessoas, em

especial, é muito mais provável que elas estejam dispostas a colaborar com alguém que já conhecem do que com alguém que acabam de conhecer. Feito isso, é preciso garantir que, além de ser bem recebido, o pesquisador documente bem todas as permissões necessárias, não só para a coleta, como também para o uso posterior dos dados. Caso essas permissões não sejam devidamente reunidas, podem aparecer problemas principalmente na publicação e validação da pesquisa.

Por fim, é importante pensar na terceira questão **“como coletar os dados?”**. Nesta etapa, entra a escolha de procedimentos metodológicos referida em seções anteriores deste texto. Pesquisas com abordagens, naturezas e objetivos diferentes irão requerer procedimentos metodológicos diferentes. A boa escolha destes procedimentos é crucial para a obtenção dos dados almejados.

Neste ponto, é importante já ter em mente também os procedimentos de análise que serão utilizados, para garantir que os dados coletados sejam passíveis de serem analisados por esses procedimentos. Uma vez escolhidos os procedimentos, o pesquisador precisa testá-los, juntamente com os instrumentos que os acompanharão, para garantir que tenha tempo de fazer ajustes antes de iniciar a coleta de fato.

Ao fim do planejamento, a coleta se inicia, neste ponto, é preciso manter a constância e a disciplina na coleta de dados, evitando possíveis atrasos. Entretanto, mesmo que todo um planejamento cuidadoso tenha sido feito, imprevisto costumam aparecer. Diante deles, o pesquisador deve tomar decisões ponderadas, refletir sobre elas, e fazer recálculos do planejamento tendo todo o projeto de pesquisa em vista, não somente a coleta de dados.

Vale lembrar ainda que a sistematização dos dados, ainda que seja uma etapa subsequente à coleta, não se inicia quando esta termina. É inteligente que o pesquisador vá tratando e sistematizando os dados à medida que eles são coletados, ainda que seja somente uma sistematização provisória/preliminar, para evitar ficar perdido em meio a tantos dados, no final.

Preparando o terreno

ATENÇÃO

Esta etapa pode definir o sucesso ou falta de sucesso na análise dos seus dados. Revisite seu projeto e organize seus dados de acordo com o que você precisa responder.



O início da coleta de dados pode definir o rumo da pesquisa, uma vez que é quando o que de fato será analisado começa a chegar às mãos do pesquisador. Ao iniciar este trabalho, é preciso ter em vista que, posteriormente, na redação do texto final de relato da pesquisa, esta etapa precisará ser descrita. Parte da confiabilidade da pesquisa e suas análises está em conseguir demonstrar como os dados foram obtidos, por isso é importante que o passo a passo dessa etapa de pesquisa seja registrado.

Evite postergar o registro de seu trabalho e a **organização dos dados coletados** em categorias. Caso você não o faça no dia em que coletou os dados, você pode não se lembrar de fatos importantes e iniciar um processo de acúmulo de dados desorganizados que custará caro a sua pesquisa. É mais fácil lidar com os dados -

organizá-los, categorizá-los, tabulá-los - à medida em que eles vão sendo coletados, do que voltar ao seu todo uma vez que a coleta estiver finalizada. Além disso, ir organizando os dados pouco a pouco pode revelar ao pesquisador falhas no método, ajustes necessários, quando ainda está em tempo de corrigi-los.

Pensando nisso, é importante que esteja previsto no projeto como esses dados serão coletados, mas também como o seu **registro** será feito. Um instrumento muito bom para o pesquisador – por não exigir muitos recursos materiais - são as **notas de campo**, rabiscos simples que o pesquisador pode ir fazendo durante o trabalho de coleta, coisas que precisam ser lembradas e que são relevantes sobre o processo.

Essas notas têm o status de esboço, rascunho, e, caso não recebam o tratamento adequado logo depois da coleta, podem se tornar inúteis, visto que o próprio pesquisador pode não se lembrar do que se tratam os rabiscos. Por isso, elas precisam ser convertidas em **diários de campo**, um texto mais bem elaborado, em que o pesquisador retoma suas notas e as desenvolve, adicionando reflexões sobre o exercício da coleta. Esses diários, ao contrário das notas, são muito mais perenes, servem tanto ao relato da coleta, ao fim da pesquisa, quanto como dados em si, podem ser sujeitados a análise, a depender do modelo de análise em questão e do tipo de pesquisa.

Além disso, é claro, o pesquisador precisa de **outros instrumentos de registro** como fotografias, gravações em áudio e/ou vídeo, fotocópias, e coleta adequada de material de diversas naturezas. Como já dito inúmeras vezes, prever a necessidade destes materiais na etapa de projeto da pesquisa permite que os recursos necessários já estejam disponíveis - ou, na impossibilidade de isso acontecer, tenham sido substituídos - no momento da coleta.

Vale lembrar, que é comum coletar mais dados do que o necessário, seja por segurança ou por falta de planejamento, por isso é importante ir selecionando os dados que de fato serão analisados no **corpus principal de análise**. Os dados não incluídos nessa seleção não precisam e não devem ser descartados – eles podem responder e resolver questões não previstas -, mas precisam ser armazenados separadamente.

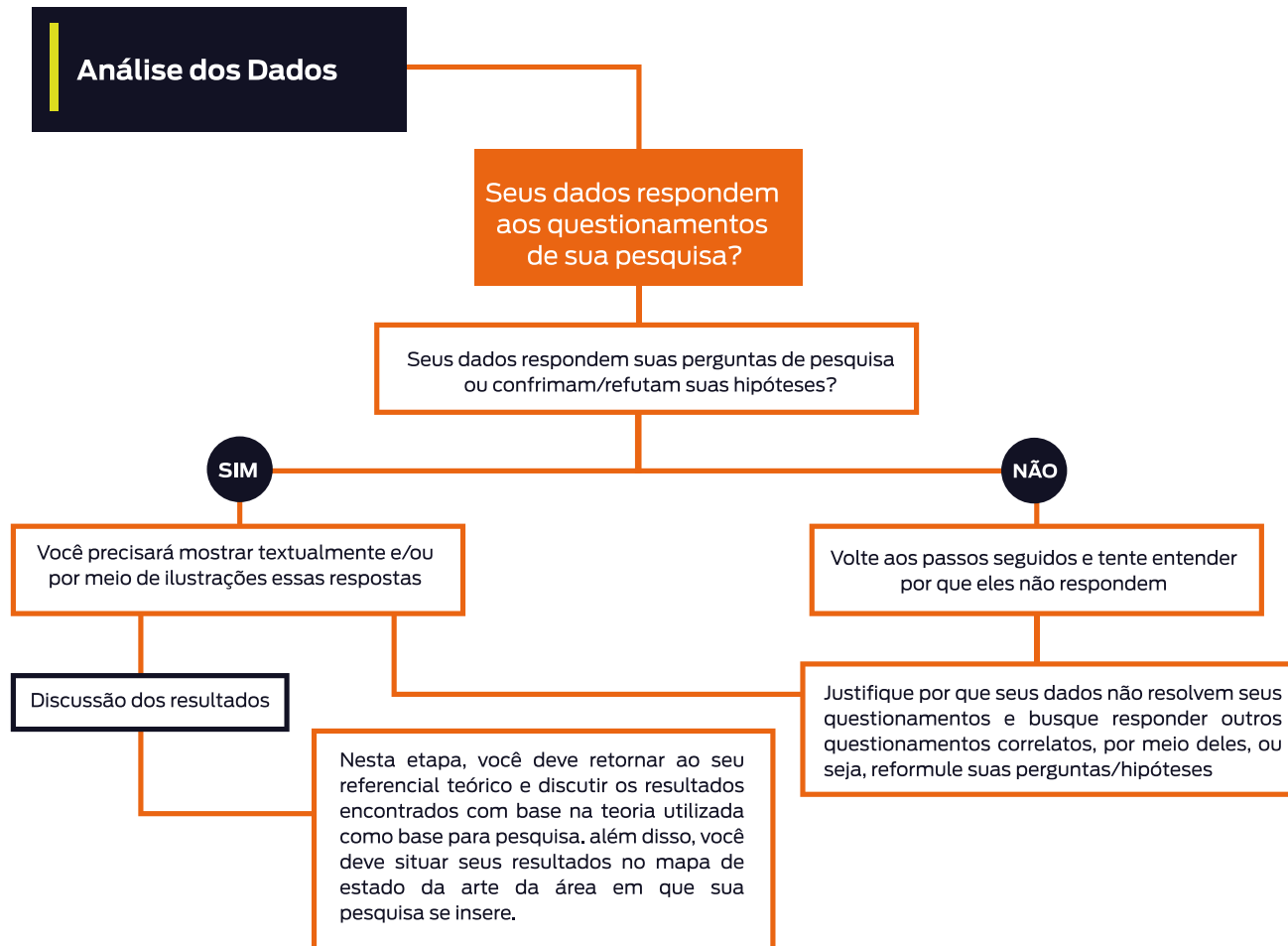
Uma vez feita essa primeira seleção, é preciso **categorizar os dados**. Ou seja, organizá-los de acordo com sua natureza e função na pesquisa. Um bom guia para

esta categorização são as hipóteses/perguntas de pesquisa. Os dados podem ser reunidos, de acordo com as hipóteses/perguntas de pesquisa com as quais dialogam. Isso facilitará muito a etapa de análise, porque, neste momento, além de separar os dados, o pesquisador tem a possibilidade de revisitá-los, já traçando caminhos preliminares de análise.

Por fim, é preciso manter **backup de todos os dados** e suas respectivas categorizações em mais de um lugar. Perder os dados, pós-coleta, pode ser fatal para a pesquisa, e isso pode ser facilmente evitado hoje em dia, visto que os recursos de manutenção de backups são inúmeros e diversos. Você pode ter uma cópia em seu computador, outra(s) em um hd externo, e outra(s) na nuvem.

As duas últimas opções requerem cuidado, apesar de sua praticidade. Os Hds externos, por sua portabilidade, são extremamente sensíveis a choques e pancadas, além de estarem sujeitos a perdas, roubos e furtos. Já a nuvem precisa ser usada com ainda mais cautela por razões éticas. Se a pesquisa lida com qualquer tipo de sigilo, é preciso checar a confiabilidade e as políticas de privacidade do provedor de nuvem, para que não haja consequências éticas no futuro.

Buscando respostas



A análise dos dados é o momento clímax da pesquisa, tudo o que foi feito anteriormente foi preparação para esta etapa, por isso pode ser mais um dos momentos em que o pesquisador pode se ver sem saber por onde começar, os dados, em conjunto, podem ter uma natureza intimidadora, por isso uma sistematização de qualidade pode auxiliar bastante neste momento. **O primeiro passo da análise** deve ser olhar para as hipóteses/perguntas de pesquisa e confrontá-las com os dados, questionando-se se eles se prestam a resolver os problemas da pesquisa. O trabalho de análise consiste basicamente em (i) responder as perguntas de pesquisa; e/ou confirmar ou refutar as hipóteses. O olhar sobre os dados deve ter este objetivo.

O trabalho com os dados, sobre as perguntas/hipóteses de pesquisa, deve ser registrado e demonstrado passo a passo no relatório de pesquisa. Demonstrar resultados sem demonstrar o caminho trilhado para chegar a eles é inútil no trabalho do pesquisador. É a **demonstração do percurso de análise** que permite que a confiabilidade da pesquisa seja verificada. Além disso, para fins de produção de conhecimento no campo em que a pesquisa se insere, isso é vital. Você se lembra do início da pesquisa? O momento em que o pesquisador está tentando formular seu questionamento? As pesquisas desenvolvidas previamente auxiliam novos pesquisadores a refletir sobre seus problemas de pesquisa, e a demonstração da análise é a melhor fonte de estudo para estes iniciantes.

O pesquisador deve analisar o conjunto de seus dados e responder sim ou não a suas perguntas e/ou confirmar ou refutar suas hipóteses. Feito isto, ele justificará e embasará essa resposta, utilizando os dados como demonstração, isso pode ser feito por meio de exemplos, quadros, gráficos, ilustrações etc. Quanto mais esmiuçada for esta demonstração, mais possibilidade o pesquisador abre para que seus leitores façam a análise junto com ele. Ele deve guiar o leitor por cada passo – dos menos aos mais importantes – de sua análise. Isto permitirá não só que a pesquisa seja confiável e verificável, mas também replicável.

No mundo científico, quanto mais uma pesquisa é discutida, maior é o seu impacto no campo de pesquisa, e são suas análises que darão base e frutos para que esta discussão se desenvolva. Por isso, pode parecer que o importante é apenas convencer os leitores a concordarem com você, mas o importante é convencê-los a dialogar, convencê-los de que sua pesquisa é relevante e séria o suficiente para ser confirmada ou até mesmo refutada.

Nem sempre os dados obtidos são suficientes para responder ao questionamento da pesquisa, assim como nem sempre se chega às respostas que se esperava, mas isto não invalida a pesquisa. Ao contrário, testar um caminho e ver que ele não leva ao lugar que se imaginava também faz parte da construção do conhecimento. Em casos como esses, o pesquisador não precisa dar a pesquisa como perdida, ele pode aproveitar a oportunidade para demonstrar a que lugar os dados o levaram, e refletir sobre em que ponto esse caminho se desviou: foi um problema com as perguntas/hipóteses desenhadas? O problema está na coleta e seu método? O modelo de análise não desempenhou bem a tarefa que lhe foi atribuída? Encontrar respostas para estas perguntas também é avançar no conhecimento sobre o objeto de pesquisa, ou seja, também é um resultado de pesquisa válido.

Outra opção é **redesenhar suas perguntas e hipóteses de pesquisa**, e fazer o trabalho de análise sobre esses novos questionamentos. Isso pode não parecer apropriado, mudar o questionamento a partir dos dados obtidos, mas não há problema algum, desde que seja feito com transparência e que o trabalho de reflexão sobre as perguntas/hipóteses citado acima seja realizado.

Feito o trabalho de análise de dados e produção de resultados, o pesquisador precisa discutir este resultado. Esta discussão deve ser feita a partir da retomada do referencial teórico da pesquisa. Deve-se olhar para o estado da arte no campo e se questionar sobre (i) o que seus resultados confirmam sobre o conhecimento que já se tem neste campo; (ii) em que seus resultados divergem do conhecimento que já se tem neste campo; (iii) como seus resultados contribuem para avançar o conhecimento no campo. Além disso, a discussão dos resultados deve responder às justificativas de sua pesquisa: de fato ela teve para o campo de pesquisa e para o mundo o impacto que você esperava? Como? É trabalho do pesquisador entregar essa resposta pronta ao leitor e não esperar que ele chegue a essas conclusões por si só.

Lançando o trabalho para o mundo

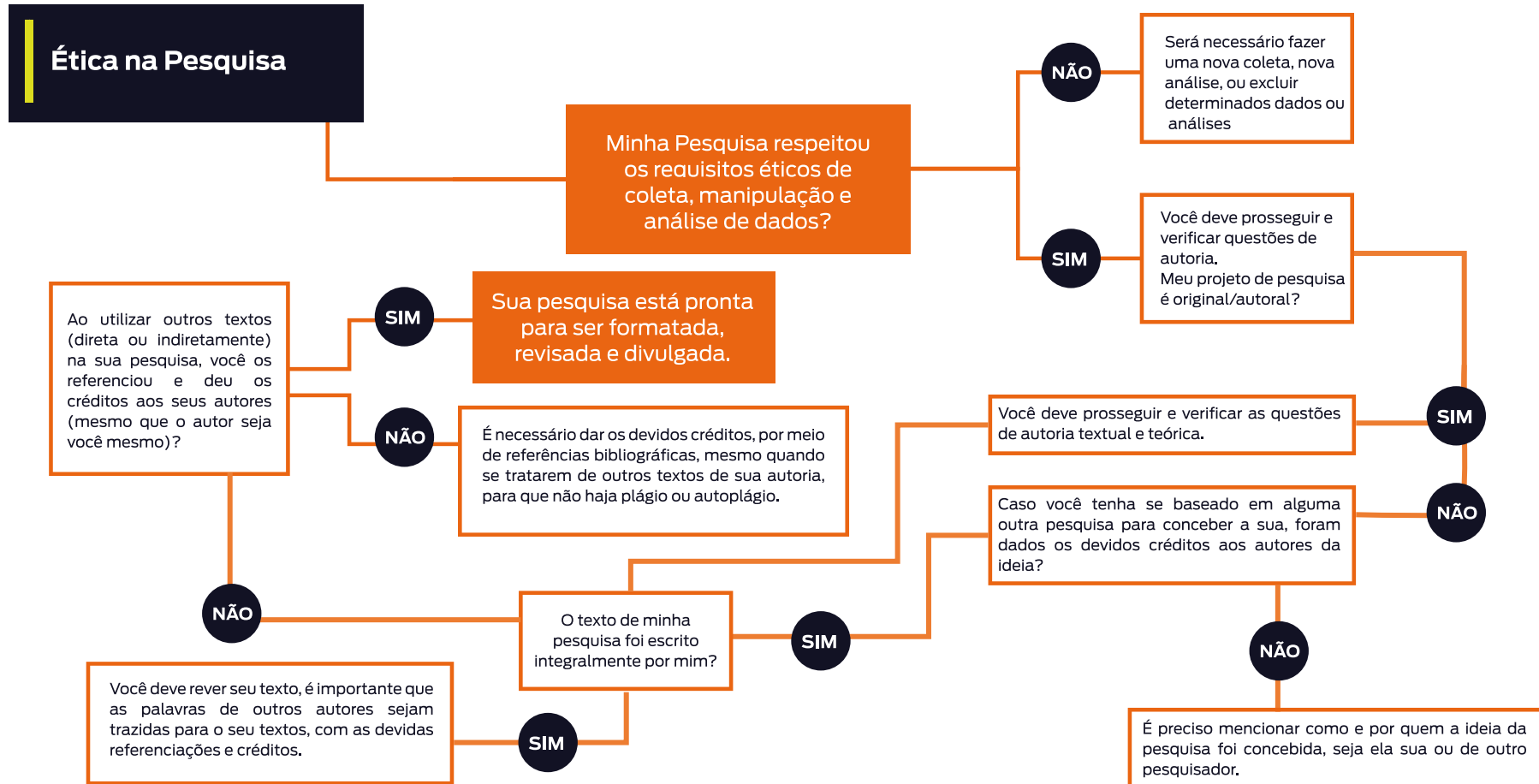
Concluindo a Pesquisa

A finalização da pesquisa envolve algumas etapas que podem acontecer de maneira sequencial ou simultânea, a depender das escolhas do pesquisador ou, até mesmo, dos prazos a que ele esteja submetido.



Uma vez concluída a etapa de resultados e conclusões, a pesquisa está finalizada no que se refere ao seu conteúdo, entretanto, é preciso pensar em como ela chegará à comunidade científica. O primeiro ponto a ser considerado é a questão ética envolvida na condução do trabalho, principalmente no que concerne aos dados e a sua autoria; em seguida, deve-se pensar em como serão feitos os relatórios e relatos dessa pesquisa, audiências diferentes pedem apresentações diferentes dos resultados; feitos os relatórios, eles precisam passar por uma adequação de linguagem e formato, para que se encaixem no conjunto de normas escolhido ou demandado; por fim, vem a etapa de divulgação do trabalho, que proporcionará visibilidade, debate e avanço do conhecimento.

Os fins não justificam os meios: ética na pesquisa



As questões éticas abordadas na ilustração acima podem parecer um pouco óbvias, entretanto, é comum que problemas com relação a elas apareçam na publicação de pesquisas. Devido à seriedade do problema e à frequência em que ocorre, a fiscalização em relação a isso tem sido cada vez mais rígida na comunidade científica, tanto em relação a dados, quanto em relação a autoria.

Por isso, medidas como a criação de comissões e comitês de ética em pesquisa para aprovar o reprovado projetos de pesquisa foram tomadas. Caso haja um comitê de ética em sua área de pesquisa, é preciso verificar se sua pesquisa tem um perfil que exija a submissão a esse comitê. Isto precisa ser feito com o projeto em mãos, mas antes de iniciar o contato com o local de coleta dos dados. Caso a submissão de sua pesquisa seja necessária, e você não o faça, problemas aparecerão no futuro, especialmente para publicar o trabalho em periódicos respeitados.

Em relação à autoria, estão disponíveis hoje diversos softwares de verificação de plágio e autoplágio (quando você plagia um texto próprio em um texto que deveria ser inédito). Esses softwares, em sua maioria, possuem versões de uso gratuito e servem tanto para fiscalizar publicações, quanto para ajudar o pesquisador a verificar se não cometeu nenhuma espécie de plágio em seus textos, antes de submetê-lo à leitura de terceiros.

A redação do trabalho



De modo geral, as pesquisas podem ser reportadas por meio de dois tipos de documentos finais: um mais interno e de caráter mais técnico, os relatórios; e um externo, de caráter menos técnico, que são as monografias (TCC, Dissertação, Tese).

Os relatórios costumam aparecer em pesquisas que precisam prestar contas de algo: dinheiro, tempo e recursos humanos empregados etc. Já as monografias são os textos exemplares de ambientes acadêmicos.

Vale ressaltar que as naturezas e audiências desses dois tipos de texto são completamente diferentes e, portanto, requerem uma redação completamente diferente. Ainda que haja similaridades, como a formalidade da linguagem empregada, há também muitas diferenças, por exemplo, os relatórios em geral respondem a um modelo oferecido por quem o demanda, para tamanho, formatação, seções; as monografias, por sua vez, devem ser redigidas de acordo com o conjunto de normas escolhido pelo pesquisador, ou demandado pela instituição a que ele está vinculado. No Brasil, o conjunto de normas mais comum é o da ABNT.

Preparação para publicação

Adequação final do texto

A adequação final de seu texto deve seguir a seguinte ordem, para evitar problemas textuais e de formatação.

1

Leitura pelo(a) orientador(a)

2

Ajustes necessários, de acordo com comentários do(a) orientador(a)

3

Revisão gramatical-ortográfica

4

Formatação
(ABNT ou conforme outro conjunto de normas comum à área de estudo)

Sua pesquisa está pronta para divulgação!

Seja qual for a natureza do seu texto, ou a audiência a que ele se destina, ele precisa passar por um processo de adequação textual. A sequência acima precisa ser seguida, para que não se gaste um tempo que pode ser valioso desnecessariamente.

O primeiro passo é a leitura pelo orientador (caso se aplique), porque ele pedirá que o autor faça ajustes, desta maneira, se a revisão gramatical e ortográfica e a formatação já tiverem sido realizadas, elas serão comprometidas. Elas serão

comprometidas também se você precisar fazer ajustes depois desta leitura por um interlocutor. Em seguida, deve ser feita uma revisão gramatical e ortográfica, neste momento, é recomendado que se contrate um profissional para o trabalho ou que seja combinada uma leitura por um colega com bom conhecimento da norma padrão da língua portuguesa. Até mesmo os profissionais da área de linguagem costumam ter outra pessoa revisando seus textos, porque é muito difícil ter o distanciamento necessário para enxergar minúcias em um texto que você mesmo redigiu.

Por último, o texto entra no processo de formatação e revisão de normas acadêmicas. Após esta fase, o texto precisa ir direto para a publicação, qualquer alteração - até mesmo de uma simples vírgula - pode tirar o texto do padrão adequado ao conjunto de normas (margens, paginação, espaçamento etc.). Nesta etapa, também é recomendada a contratação de um profissional caso você não tenha muito tempo a sua disposição ou um amplo conhecimento das normas em questão. A inadequação do texto ao conjunto de normas escolhido ou demandado pelo meio em que o texto será publicado (um periódico, por exemplo) pode gerar a rejeição do texto para publicação, apesar de sua qualidade textual e de conteúdo.

Além disso, a adequação às normas está ligada a outro fator importante: a questão dos plágios. Os conjuntos de normas possuem um padrão para citações de outros textos e lista bibliográfica. Caso seu texto não faça referência a outros textos de maneira adequada, isso pode ser interpretado como tentativa de plágio.

Compartilhando o que foi aprendido

Importância da Divulgação Científica



A Divulgação Científica tem papel fundamental na construção do conhecimento por meio da pesquisa. Isto, porque é através dela que o debate acadêmico se constrói, e a partir deste debate o conhecimento sobre determinado objeto de pesquisa se amplia.

Através da divulgação da pesquisa, é possível que uma pesquisa seja refutada, testada/reproduzida/replicada em outros contextos, bem como continuada por outros pesquisadores que ousem retomá-la do ponto em que parou.

É por meio da divulgação, ainda, que uma pesquisa é validada e ganha valor de conhecimento científico no campo.

Existem maneiras diversas de divulgar uma pesquisa, publicações em periódicos, participação em eventos na área, publicação de livros, publicação de teses e dissertações em bibliotecas e repositórios digitais são as principais.

Conclusão

O objetivo deste guia foi o de auxiliar pesquisadores dos GEPs institucionais do Ministério Público do Estado da Bahia na elaboração e condução da pesquisa científica que se inicia neste ano. Em muitos momentos, tratou-se apenas de uma introdução aos assuntos abordados, uma provocação para que um conhecimento mais aprofundado seja buscado em outras fontes.

A seguir, vocês poderão encontrar algumas sugestões de publicações que podem auxiliá-los em seu trajeto de pesquisa. De qualquer forma, nós da UFPCI estamos sempre à disposição para facilitar este caminho.

APROFUNDE SE:

Para entender melhor a área de metodologia de pesquisa ou tirar dúvidas que este guia não pôde esclarecer, sugerimos as fontes bibliográficas abaixo.:

ARAGÃO, J. W. M.; NETA, M. A. H. **Metodologia Científica**. Salvador: UFBA, Faculdade de Educação, Superintendência de Educação a Distância, 2017. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174996/2/eBook_Metodologia_Cientifica-Especializacao_em_Producao_de_Midias_para_Educacao_Online_UFBA.pdf. Acesso em: 28 jan. 2021.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LUBISCO, N. M. L.; VIEIRA, S. C. **Manual de estilo acadêmico: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses**. Salvador: EDUFBA, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/29414/3/manual-de-estilo-academico-6ed-miolo-RI.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

PRAÇA, F. S. G. Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. In: **Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos”**. Nº 1, p. 72-87, JAN-JUL, 2015. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627112856.pdf. Acesso em: 28 jan. 2021.

SILVA, A. J. H. **Metodologia de pesquisa: conceitos gerais**. UNICENTRO. Disponível em: <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/841/1/Metodologia-da-pesquisa-cient%3%ADfca-conceitos-gerais.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

PEREIRA, A. S. et al. **Metodologia da pesquisa científica**. 1. ed. Santa Maria: UFSM, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1. Acesso em: 28 jan. 2021.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2013. Disponível em: http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB_2014_2/Modulo_1/Metodologia/material_didatico/Livro%20texto%20Metodologia%20da%20Pesquisa.pdf. Acesso em: 28 jan. 2021.

Referências Bibliográficas

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KIPNIS, B. **Autonomia e A Pesquisa Em Educação Superior No Brasil: As Possibilidades da Pesquisa Institucional**. In: XXI REUNIÃO DA ANPEd, 1998. ANAIS DA XXI REUNIÃO DA ANPEd. Caxambu, 1998. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/21/KIPNIS.htm>. Acesso em: 10 fev. 2021.

LOTTA, G. **Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro_Teorias%20e%20An%c3%a1lises%20sobre%20Implementa%c3%a7%c3%a3o%20de%20Pol%c3%adticas%20P%c3%ablicas%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 28 jan. 2021.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manuel de recherche en sciences sociales**. Paris: Dunod, 1995.

PINHEIRO, M. M. S. **Políticas públicas baseadas em evidências: delimitando o problema conceitual**. Brasília: Ipea, 2020a. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9915>. Acesso em: 17 fev. 2021.

PINHEIRO, M. M. S. **Políticas Públicas Baseadas em Evidências: uma avaliação crítica**. Brasília: Ipea, 2020b. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10373>. Acesso em: 17 fev. 2021.



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**